

VIAÇÃO REAL ITA S.A
CNPJ 27.177.468/0001-02
Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro

ATIVO		
	2.023	2.022
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	266.661,76	469.784,34
Clientes	855.772,27	594.682,85
Estoques	486.666,67	534.703,83
Impostos a recuperar	979.382,30	981.146,07
Governança corporativa	4.531.811,90	389.348,47
Demais contas a receber	89.430,40	53.815,31
	7.209.725,30	3.023.480,87
NÃO CIRCULANTE		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Aplicação financeira	20.159,68	4.000,00
Depósitos judiciais	928.451,47	888.625,94
Ativos não circulantes mantidos para venda	2.476.148,03	3.447.737,03
	3.424.759,18	4.340.362,97
Investimentos	1.000,00	
Imobilizado	26.410.363,86	19.768.988,90
Intangível	131.920,06	132.439,51
	26.543.283,92	19.901.428,41
	29.968.043,10	24.241.791,38
TOTAL DO ATIVO	37.177.768,40	27.265.272,25

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VIAÇÃO REAL ITA S.A.
CNPJ 27.177.468/0001-02
Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro

PASSIVO

	2.023	2.022
CIRCULANTE		
Fornecedores	1.410.019,83	1.224.996,80
Empréstimos contraídos	3.972.705,01	2.235.735,53
Salários e encargos sociais	323.062,00	354.006,04
Impostos e contribuições a recolher	1.467.037,84	1.697.451,41
Provisões para férias e encargos	352.940,28	210.095,96
Adiantamentos de clientes	29.974,87	8.359,60
Demais contas a pagar	425.984,94	724.187,24
	7.981.724,77	6.454.832,58
NÃO CIRCULANTE		
Empréstimos contraídos	15.245.006,36	6.656.349,22
Impostos e contribuições	2.075.199,05	1.553.648,92
Provisão de passivos cíveis e trabalhistas	4.398.122,87	3.546.276,69
	21.718.328,28	11.756.274,83
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	2.692.808,00	2.692.808,00
Reservas de reavaliação patrimonial	11.618.039,44	11.618.039,44
Reservas de lucros	(6.833.132,09)	(5.256.682,60)
	7.477.715,35	9.054.164,84
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	37.177.768,40	27.265.272,25

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VIAÇÃO REAL ITA S.A.
CNPJ 27.177.468/0001-02
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
para os exercícios findos em 31 de Dezembro

Descrição	Capital Social	Reservas de reavaliação patrimonial	Reserva de Lucros	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2022	2.692.808,00	11.618.039,44	(2.779.896,37)	11.530.951,07
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(1.535.099,33)	(1.535.099,33)
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	(941.686,90)	(941.686,90)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.692.808,00	11.618.039,44	(5.256.682,60)	9.054.164,84
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(1.829.294,69)	(1.829.294,69)
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	252.845,20	252.845,20
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.692.808,00	11.618.039,44	(6.833.132,09)	7.477.715,35

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VIAÇÃO REAL ITA S.A.
CNPJ 27.177.468/0001-02
Demonstração do Resultado em 31 de Dezembro

	2.023	2.022
RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS	24.255.373,93	20.759.806,73
Deduções da receita bruta de Serviços	(3.788.833,00)	(3.162.575,47)
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	20.466.540,93	17.597.231,26
Custo dos serviços prestados	(11.675.900,72)	(11.440.458,44)
LUCRO BRUTO	8.790.640,21	6.156.772,82
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(9.219.226,58)	(6.706.928,27)
Gerais e administrativas	(6.574.166,46)	(5.632.586,45)
Remuneração dos administradores	(393.031,66)	(284.828,78)
Depreciações e amortizações	(2.252.028,46)	(789.513,04)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	(428.586,37)	(550.155,45)
RESULTADO FINANCEIRO	(1.539.800,74)	(831.449,39)
Despesas financeiras	(2.012.603,05)	(980.065,59)
Receitas financeiras	472.802,31	148.616,20
Resultado na alienação de bens do ativo permanente	139.092,42	(153.494,49)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(1.829.294,69)	(1.535.099,33)
Contribuição social sobre o lucro líquido	-	-
Provisão do imposto de renda do período	-	-
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(1.829.294,69)	(1.535.099,33)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VIAÇÃO REAL ITA S.A.
CNPJ 27.177.468/0001-02
Demonstrativo de Fluxo de Caixa em 31 de Dezembro - Método Indireto

Prejuízo Líquido Apurado			(1.829.294,69)
Créditos a Receber	(227.555,94)		
Tributos a Recuperar	1.763,77		
Agências Terceirizadas	(33.533,48)		
Adiantamentos	(4.164.605,17)		
Estoques	48.037,16		
Depreciação	2.244.830,67		
Depositos Judiciais	(55.985,21)		
Outras Contas a Receber	(13.473,35)	(2.200.521,55)	
Fornecedores	185.023,03		
Tributos Estaduais	(411.516,31)		
Tributos Federais	(86.493,79)		
Obrigações Trabalhistas	111.900,28		
Parcelamentos	267.596,53		
Créditos de Terceiros	(276.587,03)	(210.077,29)	
FLUXO DE CAIXA GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			(2.410.598,84)
Investimentos	(1.000,00)		
Terrenos	(3.790,18)		
Veículos	(7.726.532,50)		
Maquinas e Equipamentos	(183.774,50)	(7.915.097,18)	
FLUXO DE CAIXA GERADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			(7.915.097,18)
Financiamentos de Curto Prazo	1.736.969,48		
Financiamentos de Longo Prazo	8.588.657,14		
Parcelamentos LP	1.373.396,31		
Ajustes do Patrimônio Líquido	252.845,20	11.951.868,13	
FLUXO DE CAIXA GERADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			11.951.868,13
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA			(203.122,58)
Saldo de Caixa e Equivalentes em 31/12/2022	469.784,34		
Saldo de Caixa e Equivalentes em 31/12/2023	266.661,76	(203.122,58)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VIAÇÃO REAL ITA S.A.
CNPJ Nº 27.177.468/0001-02

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 e 2022
(EM REAIS)

1. Informações gerais

A Viação Real Ita S.A., com sede na cidade de Cachoeiro de Itapemirim/ES, teve seu início em 1953 e desde 1962 atua com a presente denominação social. Tem como atividade econômica principal o transporte rodoviário coletivo de passageiros. Suas concessões permitem uma atuação municipal, intermunicipal e interestadual, atendendo aos estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Com uma frota de cerca de 95 ônibus, a entidade atende aos municípios de Alegre, Apiacá, Bom Jesus do Norte, Cachoeiro de Itapemirim, Castelo, Conceição do Castelo, Domingos Martins, Dolores do Rio Preto, Guaçuí, Jerônimo Monteiro, Marechal Floriano, Mimoso do Sul, Muniz Freire, Muqui, São José do Calçado, Vargem Alta, Venda Nova do Imigrante, Viana e Vitória, no Estado do Espírito Santo, e Itaperuna, Natividade, Porciúncula e Varre Sai, no Estado do Rio de Janeiro, e Carangola, Espera Feliz, Eugenópolis, Tombos, no Estado de Minas Gerais, por meio de linhas que atendem mensalmente a cerca de 205.000 passageiros.

A Administração da entidade está certa de que a adoção das novas normas brasileiras de contabilidade, alinhadas as IFRS (Normas Internacionais de Contabilidade), é um passo importante para o fortalecimento do seu modelo de governança corporativa, o que muito deve contribuir para a sua consolidação no mercado, bem como para o planejamento de suas ações futuras.

2. Resumo das principais políticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade e base de preparação

As Demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com a NBC TG 1.000 Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, aprovada pela Resolução nº 1.255/2009 emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), correspondente ao CPC PME. As Demonstrações financeiras são apresentadas em unidades de real.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira (Lei nº 6.404/1976) e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo CFC.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes a caixa incluem caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, e as contas garantidas.

2.3. Ativos financeiros

A entidade classifica os seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: (a) instrumentos financeiros, (b) recebíveis, adiantamentos e empréstimos, e (c) títulos patrimoniais. Todos são mensurados pelo custo, menos perdas por redução ao valor recuperável de ativos, menos provisão para perdas, quando for o caso. São classificados com circulantes, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após data de emissão das Demonstrações financeiras (estes são classificados no não circulante). A administração determinada a classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros, quando existentes, são aplicações financeiras de renda fixa.

(b) Recebíveis, adiantamentos e empréstimos

Os recebíveis, adiantamentos e empréstimos são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo.

2.4. Clientes

A maior parte dos serviços prestados é efetuada com base em prazos normais de crédito, e as contas a receber não estão sujeitas a juros. Quando o crédito é estendido além dos prazos normais de crédito, as contas a receber são mensuradas pelo custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos. Ao final de cada período de relatório, os valores contábeis de contas a receber de clientes e outras são revistos para determinar se há qualquer evidência objetiva de que os valores não são recuperáveis. Se houver evidência, uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, entretanto, a entidade não apresenta histórico de inadimplência.

2.5. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio e inclui os gastos incorridos na sua aquisição e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

2.6. Ativos não circulantes mantidos para venda

Um ativo não circulante é classificado como mantido para venda se o seu valor contábil vai ser recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez do seu uso contínuo, e devem estar disponíveis para venda imediata nas suas condições atuais. Assim, alguns ativos, veículos e imóveis, encontram-se mantidos e destinados para venda e a entidade possui um plano de venda desses ativos.

2.7. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;

- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados;
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em linha própria no resultado.

Gastos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a entidade obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos com vida útil indefinida não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

- Máquinas e equipamentos: 10 anos.
- Veículos: 05 anos.
- Edificações: 25 anos.
- Equipamentos de informática: 5 anos.
- Móveis e utensílios: 10 anos.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

2.8. Intangível

2.8.1. Softwares

As licenças de programas de computador (softwares) e de sistemas de gestão empresarial adquiridas são capitalizadas e não são amortizadas por não terem vida útil definida e os gastos associados à manutenção são reconhecidos como despesas quando incorridos.

Os gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão empresarial são capitalizados como ativo intangível quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica. Os gastos com desenvolvimento de software reconhecidos como ativos são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil.

estimada. As despesas relacionadas à manutenção de software são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas

2.8.2. Marcas e patentes

Referem-se às taxas pagas pelo registro no INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial) da marca "Viação Real" e a amortização é calculada pelo método linear, com base no período de 10 anos, conforme a legislação vigente, a qual foi iniciada em março de 2014, mês em que os direitos de propriedade da marca foram reconhecidos.

2.9. Perda por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Em cada encerramento de exercício, os ativos financeiros, o imobilizado e os ativos intangíveis são revistas para determinar se há qualquer indicação de que esses ativos sofreram uma perda por redução ao valor recuperável. Se houver indicação de um problema de recuperação, o valor recuperável de qualquer ativo afetado (ou grupo de ativos relacionados) é estimado e comparado com o seu valor contábil. Se o valor recuperável estimado for menor, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável estimado e uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Similarmente, em cada encerramento de exercício, os estoques são avaliados quanto à redução ao valor recuperável, comparando-se o valor contábil de cada item de estoque (ou grupo de itens similares) com o seu preço de venda menos custos para concluir e vender. Se um item de estoque (ou grupo de itens similares) apresentar problemas de recuperação, seu valor contábil é reduzido ao preço de venda menos custos para concluir e vender e uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Se uma perda por redução ao valor recuperável for subsequentemente revertida, o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos relacionados) é aumentado para a estimativa revista de seu valor recuperável (preço de venda menos custos para concluir e vender, no caso de estoques), mas sem exceder o valor que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou grupo de ativos relacionados) em exercícios anteriores. Uma reversão de uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.10. Fornecedores

Contas a pagar a fornecedores são obrigações com base em prazos normais de crédito e não estão sujeitas a juros. São classificados com circulantes, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após data de emissão das Demonstrações financeiras (estes são classificados no não circulante). A administração determinada a classificação no reconhecimento inicial.

2.11. Empréstimos e custos sobre empréstimos

Todos os custos de empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que forem incorridos. A despesa de juros é reconhecida com base no método de juros efetivos e incluída em custos financeiros.

2.12. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que

um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo, exceto as provisões que envolvam ações judiciais, as quais são constituídas segundo as melhores estimativas realizadas pelos consultores jurídicos da entidade. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado

2.13. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A despesa de imposto sobre a renda representa a soma do imposto a pagar e do imposto diferido. O imposto a pagar baseia-se no lucro tributável do exercício. O imposto diferido é reconhecido sobre diferenças entre os valores contábeis de ativos e passivos nas Demonstrações financeiras e suas respectivas bases de cálculo (conhecidas como diferenças temporárias).

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias que se espera que aumentem o lucro tributável no futuro.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias que se espera que reduzam o lucro tributável no futuro e para quaisquer prejuízos fiscais não utilizados ou créditos fiscais não utilizados. Impostos diferidos ativos são mensurados pelo maior valor que, com base no lucro tributável corrente ou futuro estimado, seja mais provável do que improvável que seja recuperado. O valor contábil líquido de impostos diferidos ativos é revisado a cada data de relatório e ajustado para refletir a avaliação atual dos lucros tributáveis futuros. Quaisquer ajustes são reconhecidos no resultado.

O imposto diferido é calculado pelas alíquotas que se espera que sejam aplicadas ao lucro tributável (prejuízo fiscal) dos períodos nos quais se espera que o imposto diferido ativo seja realizado ou que o imposto diferido passivo seja liquidado, com base nas alíquotas que tenham sido promulgadas ou substantivamente promulgadas até o final do período de relatório.

2.14. Arrendamentos

Arrendamentos são classificados como arrendamentos financeiros sempre que os termos do arrendamento transfiram substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo arrendado a entidade. Todos os demais arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais. Direitos a ativos mantidos em arrendamento financeiro são reconhecidos como ativos da entidade, pelo valor justo do bem arrendado (ou, se for menor, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento), no início do arrendamento. O passivo correspondente ao arrendador é incluído na demonstração da posição financeira como uma obrigação de arrendamento financeiro. Os pagamentos de arrendamento são alocados entre encargos financeiros e a redução da obrigação de arrendamento, de modo a atingir uma taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são deduzidos na mensuração dos resultados. Ativos mantidos em arrendamentos financeiros são incluídos no imobilizado, sendo depreciados e avaliados quanto a perdas por redução ao valor recuperável da mesma forma que ativos próprios. Aluguéis a pagar em arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear ao longo do prazo do respectivo arrendamento.

2.15. Reconhecimento das receitas

A receita da prestação de serviços é reconhecida quando esses são realizados. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, líquida de descontos e impostos relacionados às vendas.

3. Estimativas e julgamentos contábeis

A preparação de Demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da entidade no processo de aplicação das políticas contábeis.

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Em 31 de dezembro de 2023	Em 31 de dezembro de 2022
Caixa	177.291	245.219
Depósitos bancários	63.351	224.565
Totais	266.662	469.784

- a) Os depósitos bancários representam saldos em bancos que não estão sujeitos a restrições de qualquer natureza para sua utilização.

5. Estoques

O saldo de estoque em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

	Em 31 de dezembro de 2023	Em 31 de dezembro de 2022
Peças e acessórios	280.190	302.720
Combustíveis e lubrificantes	90.528	149.556
Pneus e câmaras	76.820	57.738
Material de expediente e informática	1.887	1.018
Outros materiais e almoxarifado	37.242	23.672
Totais	486.667	534.704

6. Demais contas a receber

	Em 31 de dezembro de 2023	Em 31 de dezembro de 2022
Reembolso de avarias	-	-
Adiantamento a fornecedores	31.510	10.502
Adiantamento de salários	26.207	25.662
Outras contas a receber	31.713	17.651
Totais	89.430	53.815

7. Depósitos judiciais

Representam ativos restritos da entidade e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionadas.

Os depósitos judiciais mantidos pela entidade em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 estão assim representados:

	Em 31 de dezembro de 2023	Em 31 de dezembro de 2022
Causas Cíveis	66.182	66.182
Causas Trabalhistas	361.246	361.246
Bloqueios Judiciais	501.023	461.198
Totais	928.451	888.626

8. Ativos não circulantes mantidos para venda

	Em 31 de dezembro de 2023	Em 31 de dezembro de 2022
Veículos	2.476.148	3.447.737
Dep. Ac. De Veículos	-	-
Totais	2.476.148	3.447.737

Alguns ônibus, 32 unidades, foram destinados à venda tendo em vista tanto o plano de renovação da frota desenvolvido pela entidade quanto à redução do fluxo de passageiros de algumas linhas importantes. Nesse sentido, foram identificadas as unidades mais antigas, com anos de fabricação entre 1982 e 2001 e uns poucos de 2004 e 2008, e um plano de venda foi elaborado para se atingir esse objetivo, o qual se encontra em andamento.

Esses ativos estão avaliados ao seu valor de custo menos a depreciação do período, quando aplicável.

9. Imobilizado

	2023			2022	Anos de Depreciação (Vida útil estimada)
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido	
Terrenos	830.148	-	830.148	826.358	-
Edificações	1.201.740	84.676	1.117.064	1.119.339	25
Veículos Passageiros	30.518.632	6.792.329	23.726.303	17.226.732	05
Veículos de Apoio	131.095	131.095	-	11.572	05
Máquinas e Equipamentos	539.898	59.204	480.694	320.764	10
Computadores e Periféricos	530.645	295.932	234.713	254.417	5
Móveis e utensílios	137.591	116.149	21.442	9.807	10
Ferramentas	65.850	65.850	-	-	10
	<u>33.955.599</u>	<u>7.545.235</u>	<u>26.410.364</u>	<u>19.768.989</u>	

10. Intangível

	2023			2022	Anos de Amortização
	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido	
Concessão Linha 171	1.320.000	1.320.000	-	-	-
Marcas e Patentes	4.798	4.358	440	960	10
Softwares	71.769	-	71.769	71.769	-
Embraer	322	-	322	322	-
Sicoob	<u>59.389</u>	-	<u>59.389</u>	<u>59.389</u>	-
	<u>1.456.278</u>	<u>1.324.358</u>	<u>131.920</u>	<u>132.440</u>	

- a) A Concessão da Linha 171 (Cachoeiro-Mimoso, via BR 101), teve o seu prazo de exploração vencido, por isso encontra-se totalmente amortizada. A entidade está aguardando a licitação que deve ser realizada ao longo do exercício de 2024, e a expectativa de manter a referida linha.

11. Empréstimos contraídos

	Taxas	Em 31 de dezembro de 2023	Em 31 de dezembro de 2022
Passivo circulante			
Capital de giro	1,00% - 1,55% a.m.	-	-
Finame	1,38% a.m - 12% a.a	3.972.705	2.235.736
Subtotal circulante		3.972.705	2.235.736

Passivo não circulante

Capital de giro	1,00% - 1,55% a.m.	499.085	620.800
Finame	1,38% a.m - 12% a.a	14.745.921	6.035.549
Subtotal não circulante		15.245.006	6.656.349
Total		19.217.711	8.892.085

(a) Capital de giro: Trata-se de empréstimo junto aos sócios para cobertura de capital de giro.

(b) Finame: Trata-se de financiamentos para a aquisição de veículos que permitem tanto a ampliação da frota quanto a sua renovação. As garantias são os próprios bens adquiridos e avais dos sócios.

12. Impostos e contribuições a recolher

	Em 31 de dezembro de 2023	Em 31 de dezembro de 2022
PIS a recolher	10.258	26.203
COFINS a recolher	47.343	120.935
IRPJ a recolher	337.139	337.139
CSLL a recolher	141.865	141.865
Retenções na fonte	5.679	2.635
ICMS a recolher	96.887	430.928
ISSQN a recolher	8.967	7.736
Tarifa Ceturb Sitrip	38.905	117.614
Parcelamentos estaduais ordinários	403.380	282.415
Parcelamentos estaduais REFIS	249.480	139.930
Parcelamentos diversos	127.135	90.051
Total	1.467.038	1.697.451

13. Salários, encargos sociais e provisões

	Em 31 de dezembro de 2023	Em 31 de dezembro de 2022
Salários e Pró-labore	215.796	139.731
INSS a recolher	82.350	193.075
FGTS a recolher	23.598	20.410
Contr. Sindical a recolher	1.318	790
Provisão para férias	352.940	210.096

Total	676.002	564.102
--------------	----------------	----------------

14. Impostos e contribuições - Longo prazo

	Em 31 de dezembro de 2023	Em 31 de dezembro de 2022
Parcelamentos estaduais ordinários	768.367	886.348
Parcelamentos estaduais REFIS	972.008	476.091
Parcelamentos diversos	334.824	191.210
Total	2.075.199	1.553.649

15. Contingencias possíveis

A entidade tem ativos e passivos contingentes decorrentes do curso normal dos negócios. Em 31 de dezembro de 2023, segundo as melhores estimativas realizadas pelos advogados externos, os passivos contingentes somam R\$ 4.398.123.

	Em 31 de dezembro de 2023	Em 31 de dezembro de 2022
Causas Cíveis	2.864.990	2.864.990
Causas Trabalhistas	681.286	681.286
Causas Fiscais	851.847	-
Total	4.398.123	3.546.276

16. Patrimônio líquido

- (a) **Capital social:** Em 31/12/2023 o Capital Social se mantém representado por 2.692.808,00(dois milhões seiscientos e noventa e dois mil oitocentos e oito) quotas de valor individual de R\$1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas.
- (b) **Ajuste de avaliação patrimonial:** Refere-se nos ajustes pela aplicação do valor justo como custo atribuído do imobilizado, nos termos da Seção 35 da NBC TG 1,000 e ITG 10, cuja adoção inicial se deu no exercício de 2013. Em função da depreciação do período, os valores correspondentes são transferidos para a conta "Resultados acumulados".
- (c) **Distribuição de lucros:** Anualmente a diretoria delibera a parcela do lucro que será distribuída a seus sócios sob a forma de dividendos, observando a necessidade de reinvestimento da entidade.

Cachoeiro de Itapemirim/ES, 31 de dezembro de 2023.

SAULO DE
TOLEDO
FRAGA:0908678
8785

Assinado de forma
digital por SAULO DE
TOLEDO
FRAGA:09086788785
Dados: 2025.06.05
08:44:02 -03'00'

Saulo de Toledo Fraga
Diretor
CPF nº 090.867.887-85

ROGERIO
ROMUALDO:
86213610782

Assinado de forma digital
por ROGERIO
ROMUALDO:86213610782
Dados: 2025.06.05
08:41:56 -03'00'

Rogério Romualdo
Diretor
CPF nº 862.136.107-82

ROGERIO
ROMUALDO:8
6213610782

Assinado de forma digital
por ROGERIO
ROMUALDO:86213610782
Dados: 2025.06.05
08:42:16 -03'00'

Rogério Romualdo
Contabilista
CRC/ES nº 7.926/O-8
CPF nº 862.136.107-82